FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Termo de Referência 90/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
90/2026	154502-FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	PAULO ROBERTO BATISTA	26/10/2026 18:35 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	121/2026	23005.018408/2025-50

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo n° 23005.018408/2025-50

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **reagentes e produtos químicos com comercialização controlada e não controlada**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATMAT	DENOMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VL. UNIT.	V. TOTAL ESTIMADO
1	380871	DICLOROETANO P.A (1,2-Dicloroetano) (CONTRALADO POLÍCIA FEDERAL) FRASCO: 01L.CAS: 107-06-2. Fórmula molecular: C2H4Cl2 Pureza mínima: 99,5% Peso Molecular: 98,96 G/MOL Reagente P.A. Acs Sinônimo: EDC, DCE, Dicloreto de Etileno, Dicloroeteno.	FRASCO	15	R$ 385,52	R$ 5.782,80
2	471027	2,2-DIPHENYL-1-PICRYL-HIDRAZIL (DPPH) Frasco: 01g. CAS: 1898-66-4. Fórmula:C18H12N5O6. Pureza Mínima: 95%	FRASCO	12	R$ 1.366,50	R$ 16.398,00
3	444867	ACETATO DE ZINCO CRISTALIZADO P.A. Frasco 500 G. CAS: 5970-45-6. Fórmula: ZN (C2 H3 O2)2 (OBS.1). Sinônimos: ACETATO DE ZINCO DIHIDRATADO ; ZINCO DIACETATO ; ÁCIDOE ZINCO ; DICARBOMETOXIZINCO.	FRASCO	8	R$ 65,12	R$ 520,96
4	436032	ÁCIDO BROMÍDRICO 48% P.A. ACS (CONTROLADO POLICIA FEDERAL) FRASCO: 01L. CAS: 10035-10-6 Fórmula: HBr Peso Molecular: 80,91GMOL.	FRASCO	4	R$ 305,04	R$ 1.220,16
5	410926	ÁCIDO INDOLACÉTICO Frasco: 05G - CAS: 87-51-4 Fórmula molecular: C10H9NO2	FRASCO	2	R$ 63,08	R$ 126,16

		Pureza Mínima: 99%				
6	356173	ÁCIDO NÍTRICO PA 65% - (CONTROLADO EXÉRCITO) Frasco: 01L. CAS: 7697-37 FÓRMULA: HNO3 Aspecto físico líquido límpido,incolor à amarelado,odor sufocante peso molecular 63,01, grau de pureza teor mínimo de 65%, característica adicional reagente p.a. Sinônimo: Ácido Azótico	FRASCO	50	R$ 156,77	R$ 7.838,50
7	412953	ACIDO OXALICO PA/ACS. Frasco: 500 G. CAS: 144-62-7. Fórmula molecular: C2H2O4. Sinônimo: ÁCIDO ETANODIÓICO.	FRASCO	11	R$ 20,35	R$ 223,85
8	366457	ACIDO PERCLORICO PA Frasco: 01L. CAS: 7601-90-3. Fórmula: HCLO4 Concentração : 69-72%	FRASCO	30	R$ 748,78	R$ 22.463,40
9	412736	ACIDO TRICLOROACETICO P.A. Frasco: 100g. CAS: 76-03-9. Fórmula molecular: CCl3COOH Pureza mínima: 99% Peso molecular: 163,39 G/MOL Característica Adicional: Reagente P.A. / Acs Aspecto físico Cristal, branco, higroscópico.	FRASCO	15	R$ 31,23	R$ 468,45
10	367905	ALANTOÍNA P.A. Frasco: 100g. CAS: 97-59-6. Fórmula: C4H6N4O3. Aspecto: Pó branco. Grau de pureza: Mín. 98%	FRASCO	2	R$ 93,99	R$ 187,98
11	327370	ALARANJADO DE METILA FRASCO: 25G. CAS: 547-58-0. FÓRMULA: C14H14N3NaO3S. DENSIDADE: 1,28 g/cm³	FRASCO	4	R$ 26,06	R$ 104,24
12	633819	ÁLCOOL N-BUTÍLICO FRASCO: 01L. CAS: 71-36-3 Fórmula molecular: C4H10O Sinônimo: N-butanol, Normal butanol, 1-butanol.	FRASCO	40	R$ 81,83	R$ 3.273,20
13	630049	ALGINATO DE SÓDIO P.A. Composto químico FRASCO: 250G CAS: 9005-38-3 Fórmula: (C6H7NaO6)n Grau de Pureza: P.A.	FRASCO	10	R$ 146,74	R$ 1.467,40
14	366499	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO Frasco: 01l. CAS: 1336-21-6 Fórmula:NH4OH Pureza mínima: entre 28% e 30% Característica Adicional: Em Solução Aquosa, Reagente P.A. Acs Iso	FRASCO	5	R$ 44,43	R$ 222,15
15	346136	BENZENO P.A. Frasco: 01 L. CAS: 71-43-2. Fórmula molecular: C6H6. Grau de Pureza: Mínima >=99.7% impurezas <=0.0002% alcalino livre (como NH 3) Ácido livre <=0.0004% (HCl) cor APHA: <=10 ponto de ebulição 80 ° C (lit.) ponto de fusão 5,5 ° C (lit.) densidade 0,874 g / ml a 25 ° C (lit.)	FRASCO	2	R$ 694,74	R$ 1.389,48
16	372976	HIDROXITOLUENO BUTILADO (Bht) PACOTE DE 1KG. CAS 128-37-0 FÓRMULA: C15h24o Grau de Pureza:99,5% SINÔNIMOS: BHT - BUTIL HIDROXI TOLUENO. Antioxidadente e conservante de rações	PACOTE	4	R$ 96,15	R$ 384,60
		BICARBONATO DE SÓDIO P.A.				

17	412637	Frasco: 500g. CAS: 144-55-8. Fórmula química: NaHCO3 Massa molar: 84,007 g/mol IUPAC: Sodium hydrogen carbonate Densidade: 2,2 g/cm³ Solúvel em: Água	FRASCO	150	R$ 24,88	R$ 3.732,00
18	415455	CASEÍNA P.A. FRASCO: 500G CAS: 9000-71-9 Pureza Mínima De 95% Aspecto Físico: Pó Branco, Inodoro	FRASCO	5	R$ 273,65	R$ 1.368,25
19	348096	Ciclohexanona P.A. FRASCO: 01L. CAS: 108-94-1. FÓRMULA: C6h10o Peso Molecular: 98,14 g/mol. Grau de Pureza Mín.: 99% Característica Adicional: Reagente P.A.	FRASCO	2	R$ 62,56	R$ 125,12
20	381375	CITRATO DE SODIO TRISODICO PA. Frasco: 500G. CAS: 6132-04-3. Sinônimos: Citrato trissódico dihidratado). Fórmula química: C6H5Na3O7 * 2 H2O.	FRASCO	2	R$ 41,66	R$ 83,32
21	352802	CLORETO DE AMÔNIO P.A. ACS. (CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL) FRASCO: 500G. CAS: 12125-02-9 FÓRMULA: NH4Cl Teor De Pureza: 99%	FRASCO	7	R$ 30,55	R$ 213,85
22	412751	CLORETO DE BÁRIO P.A. Frasco:500G. CAS: 0361-37-2. Sinônimo: Cloreto de Bário Anidro. Massa molar: 208,23 g/mol Fórmula: BaCl2 Ponto de fusão: 962 °C Densidade: 3,86 g/cm³ Ponto de ebulição: 1.560 °C	FRASCO	8	R$ 34,76	R$ 278,08
23	359890	CLORETO DE FERRO II TETRAHIDRATADO P.A. (OSO). Frasco: 250g. CAS: 13478-10-9. Fórmula molecular: FECL2.4H2O Pureza Mínima: Pureza Mínima De 99%	FRASCO	3	R$ 345,58	R$ 1.036,74
24	352960	CLORETO DE LITIO P.A. FRASCO: 250g. CAS: 7447-41-8. FÓRMULA: LICL Aspecto Físico: Pó Branco, Inodoro Pureza Mínima De 99%	FRASCO	3	R$ 866,28	R$ 2.598,84
25	360539	CLORETO DE MAGNESIO P.A / ACS. Frasco:500G. CAS: 7791-18-6. Sinômino: Cloreto de Magnésio Hexahidratado. Fórmula molecular: Cl2Mg * 6H2O Peso molecular: 203,30 g/mol	FRASCO	10	R$ 26,79	R$ 267,90
26	458161	CLORETO DE POTASSIO P.A. Frasco: 500G. CAS: 7447-40-7. Fórmula: KCl Massa molar: 74,5513 g/mol Densidade: 1,98 g/cm³ Ponto de fusão: 770 °C Ponto de ebulição: 1.420 °C	FRASCO	30	R$ 38,05	R$ 1.141,50
27	382986	CLORETO DE PRATA P.A. Frasco: 25G. CAS: 7783-90-6. Fórmula Molecular: Ag Cl Peso Molecular: 143,32	FRASCO	4	R$ 1.841,71	R$ 7.366,84
28	438787	CLORETO DE SODIO P.A. Frasco: 500G. CAS: 7647-14-5. Fórmula Molecular: NaCl Peso Molecular: 58,44	FRASCO	50	R$ 21,00	R$ 1.050,00
		CLORETO DE TIONILA. (CONTROLADO EXÉRCITO) Frasco: 500ML. CAS: 7719-09-7. Densidade: 1,64 g/cm³				

29	407631	Ponto de ebulição: 74,6 °C Massa molar: 118,97 g/mol Fórmula: SOCl2	FRASCO	2	R$ 1.362,20	R$ 2.724,40
30	378407	CLORETO DE ZINCO PA. Frasco: 500G. CAS: 7646-85-7. Fórmula: ZnCl2 Massa molar: 136,286 g/mol Densidade: 2,91 g/cm³ Ponto de ebulição: 732 °C Solubilidade em água: 432 g/100 mL (25 °C)	FRASCO	3	R$ 48,14	R$ 144,42
31	365431	COLCHICINA. FRASCO: 1g. CAS: 64-86-8. FÓRMULA: C22H25NO6 Pureza Mínima De 95% Aspecto Físico: Pó Branco, Amarelado, Cristalino	FRASCO	4	R$ 411,91	R$ 1.647,64
32	436095	CLORETO DE METILENO - (CONTROLADO POLICIA FEDERAL) Frasco: 01L. CAS: 75-09-2. Fórmula: CH2Cl2 Grau de pureza: mínima 99,5% Sinônimos DICLOROMETANO P.A Caracteristica Adicional: Reagente Acs	FRASCO	40	R$ 96,57	R$ 3.862,80
33	376231	DICROMATO DE SÓDIO P.A. - (CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL) Embalagem: 1kg CAS: 7789-12-0. Fórmula: Na2 Cr2o7. 2h2o (Dihidratado) Aspecto Físico: Pó Cristalino Laranja Avermelhado, Brilhante Pureza Mínima De 99,5%	FRASCO	10	R$ 92,20	R$ 922,00
34	381806	DIFENILAMINA Frasco: 100G. CAS: 122-39-4. Fórmula química: (C6H5)2NH. Aspecto: Sólido, amarelo-claro Grau de pureza: mínima de 98%	FRASCO	7	R$ 42,75	R$ 299,25
35	633560	N,N-DIMETILFORMAMIDA (Dmf) FRASCO: 01L. CAS: 68.12-2 Fórmula química: C3h7no	FRASCO	4	R$ 87,82	R$ 351,28
36	412072	DIMETILGLIOXIMA P.A. FRASCO: 100G. CAS: 95-45-4. Fórmula Molecular: C4H8N2O2 Grau de pureza: mínima de 99% Peso Molecular: 116,12 Característica Adicional: Reagente P.A. Acs	FRASCO	4	R$ 145,83	R$ 583,32
37	347586	DIOXIDO DE TITANIO Frasco: 500g. CAS: 13463-67-7. Fórmula molecular: TiO2. Estado físico: Sólido. Branco a esbranquiçado Grau De Pureza: mínimo 99% Característica Adicional: Reagente P.A	FRASCO	26	R$ 60,55	R$ 1.574,30
38	327377	EOSINA AMARELADA P.A. Frasco: 25g. CAS: 17372-87-1. Fórmula Molecular: C20H6Br4Na2O5 Peso Molecular: 691,90	FRASCO	5	R$ 31,01	R$ 155,05
39	352740	ETER DE PETROLEO P.A. Frasco: 01L. CAS: 8032-32-4 Grau De Pureza: mínima 99,5% Característica Adicional: Reagente P.A.	FRASCO	300	R$ 105,79	R$ 31.737,00
40	366987	EUGENOL Frasco: 20ml. CAS: 97-53-0. Fórmula molecular: C10H12O2 Peso Molecular: 164,20 G/MOL Grau De Pureza: mínima 99%	FRASCO	16	R$ 23,21	R$ 371,36
		FERRICIANETO DE POTASSIO P.A Frasco: 500g. CAS: 13746-66-2. Fórmula Molecular: K3Fe(CN)6. Peso Molecular: 329,25.				

41	374800	Grau De Pureza: Mínima 99% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Outros nomes: Vermelho da Prússia; Vermelho prussiano; hexacianoferrato(III) de potássio	FRASCO	10	R$ 363,91	R$ 3.639,10
42	357876	FORMALDEÍDO FORMOL P.A. Frasco: 01l. CAS 50-00-0. Grau de Pureza: Concentração mínima 35% Fórmula: CH2O/HCHO Caracteristica Adicional: Reagente P.A Sinônimos ALDEÍDO FÓRMICO ; METANAL ; FORMALINA ; OXIMETILENO,	FRASCO	250	R$ 22,98	R$ 5.745,00
43	428495	FOSFATO DE AMONIO MONOBASICO FRASCO: 500g. CAS: 7722-76-1. FÓRMULA: Nh4 H2po4 Característica Adicional: Reagente Acs Pureza Mínima De 98%	FRASCO	14	R$ 75,15	R$ 1.052,10
44	445252	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO ANIDRO P.A. FRASCO: 500g. CAS: 7778-77-0. Fórmula química: KH2PO4 Grau Pureza: Mínima 99,5% Características Adicionais: Reagente P.A., Acs E Iso	FRASCO	30	R$ 98,44	R$ 2.953,20
45	347727	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO ANIDRO P.A. Frasco: 500G. CAS: 7558-80-7. Fórmula química:Nah2po4 (Monobásico Anidro) Grau Pureza: Mínima 98% Características Adicionais: Reagente P.A. Sinônimo: FOSFATO ACIDO DE SÓDIO ANIDRO	FRASCO	47	R$ 47,19	R$ 2.217,93
46	445338	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO MONOHIDRATADO P.A . Frasco: 1kg. Cas 10049-21-5 Fórmula Química: Nah2po4.H2o Aspecto Físico: Pó	FRASCO	36	R$ 86,64	R$ 3.119,04
47	353077	GLICERINA P.A. Frasco: 01L. CAS 56-81-5. FÓRMULA: C3H8O3 Teor de Pureza: Mínima De 99,5% Característica adicional: reagente P.A. Acs Sinônimo: GLICEROL	FRASCO	150	R$ 51,25	R$ 7.687,50
48	301863	GOMA ARABICA FRASCO: 500G. CAS: 9000-01-5	FRASCO	2	R$ 47,03	R$ 94,06
49	365050	CORANTE HEMATOXILINA DE HARRIS Frasco: 01L. CAS: 547-58-0	FRASCO	3	R$ 273,51	R$ 820,53
50	613574	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO P. A. - (CONTROLADO POLICIA FEDERAL) Frasco: 01l. CAS: 1336-21-6. Fórmula Química: Nh4oh Grau De Pureza: Teor De Nh3 mínimo de 25%	FRASCO	15	R$ 51,55	R$ 773,25
51	445526	HIDRÓXIDO DE SÓDIO P.A. ACS Frasco: 500g. CAS 1310-73-2 Fórmula: NAOH Aspecto Físico: Lentilhas ou Micro pérolas esbranquiçadas Peso Molecullar: 40 G/MOL, Grau De Pureza: mínima De 98% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs	FRASCO	300	R$ 46,12	R$ 13.836,00
52	637895	HIDROXIDO POTASSIO P.A. Frasco: 500G.CAS: 1310-58-3. Aspecto Físcico: LENTILHA Fórmula: KOH. Grau de Pureza: mínima 90% Característica Adicional: Reagente P.A./ Acs Sinônimo: Potassa Cáustica	FRASCO	40	R$ 34,07	R$ 1.362,80
53	437156	HIPOCLORITO DE SODIO 2.0 A 2,5%. FRASCO: 01L. CAS: 7681-52-9	FRASCO	50	R$ 10,31	R$ 515,50
54	431304	HIPOCLORITO DE SODIO 4 A 6%. Frasco: 01L. CAS: 7681-52-9	FRASCO	290	R$ 31,39	R$ 9.103,10
		MANITOL (CONTROLADO POLÍCIA FEDERAL)				

55	376780	FRASCO: 250ml. CAS: 69-65-8 FÓRMULA:C6H14O6 Grau de Pureza: mínima 99,6% Característica Adicional: Padrão De Referência Analítico	FRASCO	3	R$ 8,70	R$ 26,10
56	403993	MOLIBDATO DE AMONIO Frasco: 500g. CAS: 12054-85-2. Fórmula: (NH4)6MO7O24.4H2O Grau De Pureza: Teor De Moo3 81,0 A 83,0%, Pureza Mínima De 99,0% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Iso	FRASCO	6	R$ 725,37	R$ 4.352,22
57	359009	NITRATO DE CALCIO P.A. Frasco: 500g. CAS:13477-34-4. Fórmula: CA(NO3)2.4H2O Grau de Pureza: mínima 99% Característica Adicional: Reagente P.A.	FRASCO	10	R$ 39,80	R$ 398,00
58	357906	NITRATO DE MERCÚRIO I - (CONTROLADO EXÉRCITO) Frasco: 100g. CAS: 14836-60-3. Fórmula: HG2(NO3)2 * 2 H2O. Característica adicional: DIHIDRATADO	FRASCO	1	R$ 756,30	R$ 756,30
59	412727	NITRATO FERRICO NONAHIDRATADO P.A. Frasco: 500g. CAS 7782-61-8. FÓRMULA: Fe(NO3)3·9H2O Grau De Pureza: Pureza Mínima De 98% Característica Adicional: Reagente P.A. / Acs SINÔNIMO: NITRATO DE FERRO III.	FRASCO	5	R$ 85,46	R$ 427,30
60	422805	OXALATO DE CALCIO HIDRATADO P.A. Frasco: 100g. CAS: 5794-28-5 Fórmula: C2CaO4 . H2O Grau de Pureza: mínima 98% Característica Adicional: Reagente P.A.	FRASCO	2	R$ 652,53	R$ 1.305,06
61	410420	PAPEL DE TORNASSOL AZUL. Embalagem contendo 100 tiras. Indicador de PH ácido.	CAIXA	20	R$ 35,73	R$ 714,60
62	637292	Parafina sólida Barra: 05Kg	UNIDADE	8	R$ 142,63	R$ 1.141,04
63	277319	PEROXIDO DE HIDROGENIO 10 VOLUMES (3%) Frasco: 01L. CAS: 7722-84-1. Fórmula: H2O2 . Sinônimos: PERÓXIDO; ALBONE; SUPEROXOL; ÁGUA OXIGENADA.	LITRO	5	R$ 8,96	R$ 44,80
64	317007	PEROXIDO DE HIDROGENIO 200 VOLUMES (50%) Frasco: 01 L. CAS: 7722-84-1. Fórmula:H2O2. Sinônimos PERÓXIDO; ALBONE; SUPEROXOL; ÁGUA OXIGENADA	LITRO	10	R$ 42,37	R$ 423,70
65	437245	SULFATO DE FERRO II Frasco. 1 kg. CAS 7782-63-0 Fórmula: FeSO4.7H2O, Apresentação: sólida, Grau de Pureza: mínima De 99% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Iso	FRASCO	12	R$ 35,43	R$ 425,16
66	412424	SULFETO DE SÓDIO ANIDRO P.A. (CONTROLADO EXÉRCITO) FRASCO: 500G. CAS: 1313-82-2. FÓRMULA: Na2S ANIDRO P.M.: 78,04 Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%	FRASCO	36	R$ 731,59	R$ 26.337,24
67	401693	PETROLATO - VASELINA SOLIDA PASTA - USO EM LABORATÓRIO POTE DE 1 KG. CAS:8009-03-8 PRODUTO FABRICADO A BASE DE ÓLEOS PARAFÍNICOS, PETROLATOS E ADITIVO AGENTE DE COESIVIDADE. SOLÚVEL EM ÉTER, HEXANO, BENZINA E CLOROFÓRMIO. POSSUI ELEVADA ESTABILIDADE FÍSICO-QUÍMICA, RESISTE A AÇÃO DE	FRASCO	5	R$ 72,90	R$ 364,50

		AGENTES OXIDANTES, COMO POLUIÇÃO, GASES ÁCIDOS, PRODUTOS ALCALINOS E É INCOMPATÍVEL COM ÁGUA.				
68	434550	SILICA GEL AZUL 2 a 4 mm FRASCO: 1.000g. CAS: 112926-00-8 Sílica Gel 100% azul. Granulometria dos grãos: 2 a 4 mm	FRASCO	55	R$ 90,02	R$ 4.951,10
69	462386	ALUMINA EM SUSPENSAO Frasco: 01L. CAS: 1344-28-1 Micragens: 1µm (nº4).	FRASCO	20	R$ 108,00	R$ 2.160,00
70	393099	CLORIDRATO DE FENILHIDRAZINA P.A. Frasco: 100G. CAS: 59-88-1. CLORETO DE FENILHIDRAZINA. Fórmula molecular C6h8n2 . HCl Concentração = 100%	FRASCO	2	R$ 273,96	R$ 547,92
71	378047	GOMA CARRAGENA Frasco: 500G. Espessante	FRASCO	2	R$ 125,70	R$ 251,40
72	413731	QUITOSANA FRASCO: 100g. CAS: 9012-76-4. FÓRMULA MOLECULAR: (C6H11NO4)n P.M.: 175,16 Aparência: Pó Quase Branco DAC Graus: Min. 90.0% Viscosidade: 50 mpa.s - 8000 mpa.s Umidade Max. 10.0% Cinzas: Max. 1.5% Metais Pesados: Max. 10ppm Arsênico: Max. 1.0ppm Tamanho da partícula: 100 Mesh Densidade: Min. 0.6 g/mL Contagem Total: Max. 1000 UFC/g Bolores E Leveduras: Max. 100 UFC/g E.Coli: Ausente Salmonella: Ausente	FRASCO	6	R$ 553,46	R$ 3.320,76
73	376492	REAGENTE ANALÍTICO SURFACTANTE FRASCO 1000 ml. CAS: 9002-93-1 Formula: (C14H22O(C2H4O)n) Classe detergente: Nonionic. Número de agregação: 140. Peso Molecular: 90.000g. A concentração crítica de micelas (CMC): 0,24 mm (0,0155% w/v). Nuvem de pontos: 64 °C. Solução Detergente: Visual: Claro que, solução incolor ligeiramente nebuloso, livre de partículas. Concentração: 10,0 ± 1,0%. Oxidantes: 1.0eq/mL. Sólidos Suspensos: Resíduos presentes não deve exceder de Referência de Resíduos. Alto grau de Pureza. Detergente não iônico - referência (Triton X-100)	FRASCO	2	R$ 186,67	R$ 373,34
74	434550	SILICA GEL 60 P/ CROMATOGRAFIA EM COLUNA (0,063 - 0,20) Frasco: 500g. CAS: 112926-00-8 Granulometria 0,063-0,200mm	FRASCO	10	R$ 229,91	R$ 2.299,10
75	353038	SOLUÇÃO DE IODO 0,1N Frasco: 01L. CAS: 7553-56-2. Frasco de vidro âmbar. Solução utilizada para determinação de vitamina C contido nas frutas, sucos, extratos. Prazo de validade: 1 ano	FRASCO	4	R$ 42,37	R$ 169,48
		CAIXA COLETORA DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES, AMARELA,				

76	623117	FABRICADA EM PAPELÃO - CAPACIDADE PARA 07 LITROSCAIXA COLETORA DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES, AMARELA, FABRICADA EM PAPELÃO - Capacidade para 07 LITROS	Unidade	230	R$ 6,98	R$ 1.605,40
				2600		**R$ 231.020,22**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Havendo divergências entre o descritivo previsto na descrição no sistema Comprasgov e a descrição dos materiais constante no item 1.1 deste Termo, prevalecerão as especificações mínimas aqui descritas.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do(a) **da emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.6. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6.1. A validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração.

1.6.2. O prazo de vigência da contratação, não se confunde com o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 07775847000197-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2026;

III) Id do item no PCA: [...];

IV) Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS;

V) Identificador da Futura Contratação: 154502-121/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A contratação se dará de acordo com a necessidade de cada unidade demandante, através de pedidos em sistema interno da UFGD, que resultará nos trâmites internos para emissão de empenhos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para minimizar possíveis impactos ambientais que poderiam ser causados pela contratação dos serviços que versa o objeto deste TR, a CONTRATADA deverá observar o Decreto 7.746/2012, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes e Instrução Normativa 01/2010 SLTI que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

4.1.2. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.1.3. Os produtos deverão ser entregues em embalagens recicláveis, preferencialmente em papelão ou outro material de menor impacto ambiental, com o mínimo volume necessário à proteção do produto durante transporte e armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica à contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não se aplica à contratação. .

Da exigência de amostra

4.4. Não se aplica à contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica à contratação.

Subcontratação

4.6. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.8.. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.9. O objeto da contratação não enquadra-se na margem de preferência conforme Resolução nº 01 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de ..30 (trinta) dias, contados do(a) .do recebimento da Nota de empenho., e/ou da solicitação de material, em remessa única, da parcela empenhada ou do cronograma de entrega nos casos em que houver a definição de cronograma.

5.1.1 O envio da nota de empenho se dará através de comunicação por e-mail, indicado na proposta apresentada pelo fornecedor, e seu recebimento deverá ser confirmado em até 5 dias úteis, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

5.1.2. As informações sobre a entrega estarão informadas no e-mail de envio do empenho, salvo se indicadas nos campos descrição/local de entrega da nota de Empenho.

5.2. Caso os produtos a serem entregues necessitem de condições especiais de conservação em refrigeração e armazenamento, o fornecedor deverá agendar a entrega e informar antecipadamente as condições de armazenamento e conservação.

5.2.1. Para produtos perecíveis (com data de validade) cuja prazo de validade total seja igual ou inferior a 12 (doze) meses, quando aplicável, validade dos produtos, na data da entrega, deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do seu período total de validade.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.1. Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente antes de findado o prazo fixado, nos termos do art. 105 da Lei 14.133, de 2021. Pedidos solicitados após o término do prazo de entrega não serão analisados.

5.4. As solicitações/entregas dos materiais serão realizadas de forma parcelada, durante todo o período de vigência da Ata, ou seja, 12 (doze) meses, e de acordo com a demanda e necessidade do órgão.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

UNIDADE 2 UFGD - DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS/ DGS
Rodovia João Totó da Câmara, 420 - Cidade Universitária.
Dourados/MS CEP 79.820-600.
Período de entrega: segunda-feira à sexta-feira, das 07:00h às 16:00h.

5.4.1. Em razão das condições de funcionamento do órgão, as entregas deverão ser efetuadas dentro das dependências da UFGD e em dias úteis, respeitando o local de entrega e os horários para recebimento: de segunda a sexta-feira, das 7h às 11h e das 13h às 16h

5.4.2. Excepcionalmente a UFGD poderá solicitar que a entrega seja realizada em prédio distinto ao Almoxarifado, localizando no âmbito da Unidade 2 da UFGD.

5.4.3. As condições de recebimento estão dispostas na seção "Critérios de Medição e de Pagamento" deste instrumento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)-

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será

prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Não se aplica a contratação.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30** (**trinta**) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de **0,5**% (**cinco décimos** por cento) a **30** % (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de **1**% (**um** por cento) a **30**% (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de **1**% ((**um** por cento) a **15**% (**quinze** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5** % ((cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**a**”, de 0,5% (**cinco décimos** por cento) a **15** % (**quinze** por cento)) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não se aplica

Cessão de Crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **08/10/2026**.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será ..parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Não se aplica para a presente contratação.

Justificativa: Na presente contratação, observa-se que a execução encerrar-se-á tão logo o fornecedor cumpra sua obrigação de entrega, ademais os materiais serão adquiridos mediante fornecimento parcelado mediante formação de registro de preços, assim não se verifica a necessidade de ampliar as exigências de qualificação dos fornecedores, conforme estabelece inciso III do art. 70 da Lei 14.133/2021.

Qualificação Técnica

9.23. **Para os itens cujo armazenamento e comercialização sejam controlados pelo órgãos específicos de fiscalização, Polícia Federal e/ou Exército Brasileiro, o fornecedor deverá apresentar licenças/autorizações /permissão vigentes expedidas pelos órgãos de controle, nos termos da Lei 10.357/2001, dos Decretos 4.262/2002, 10.030/2013 e outros instrumentos de controle**.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$ 231.020,22 (duzentos e trinta e um mil, vinte reais e vinte e dois centavos por extenso), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dourados, 26 de outubro de 2026.

_____

Paulo Roberto Batista

Membro da comissão de contratação

_____

Yndilla Pedroso Renovato

Membro da comissão de contratação

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de .05 (cinco) dias., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato .. Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. **O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.**

2.2. **O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.**

3. **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias,

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do

Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Dourados/MS, 2ª Subseção da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, do Tribunal Regional Federal,. para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ***OU*** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

PAULO ROBERTO BATISTA

Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 26/10/2026 às 18:35:54.

YNDILLA PEDROSO RENOVATO

Membro da comissão de contratação

LUIZ MARIO DE ARRUDA JUNIOR

Membro da comissão de contratação